



**UNILAB**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

**GABRIELE DE LIMA TEIXEIRA**

**Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Nacional de Formação  
em Administração Pública (PNAP) para uma formação descentralizada de  
gestores públicos no Ceará.**

**REDENÇÃO**

**2018**

GABRIELE DE LIMA TEIXEIRA

**Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) para uma formação descentralizada de gestores públicos no Ceará.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof. Dr. Antônia Marcia Rodrigues Sousa.

REDENÇÃO

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Teixeira, Gabriele de Lima.

T264u

Universidade Aberta do Brasil UAB e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública PNAP para uma formação descentralizada de gestores públicos no Ceará / Gabriele de Lima Teixeira. - Redenção, 2018.

39f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Antonia Marcia Rodrigues Sousa.

1. Ensino a distância - Brasil. 2. Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). 3. Gestão pública. I. Sousa, Antonia Marcia Rodrigues. II. Título.

CE/UF/BSCL

CDD 371.350981

---

GABRIELE DE LIMA TEIXEIRA

**Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) para uma formação descentralizada de gestores públicos no Ceará.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonia Marcia Rodrigues Sousa (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Eduardo Soares Parente

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A Deus.

A minha família, em especial  
a minha irmã que sempre me incentivou aos  
estudos: Danyelle Teixeira.

## **AGRADECIMENTOS**

A CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

A minha irmã Danyelle Teixeira que me auxiliou nessa jornada.

Aos professores participantes da banca examinadora XXXXX XXXXX XXXXX e a orientadora Antonia Marcia Rodrigues Sousa pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Ao setor de coordenação EaD das instituições públicas de Fortaleza, UECE, UFC e IFCE, pelo tempo concedido na entrevista.

“Nossa pátria é a língua portuguesa”

Fernando Pessoa.

## RESUMO

No ano de 2009 surgiu a implementação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), uma iniciativa no âmbito do sistema UAB lançada pela CAPES. As universidades de ensino superior podem aderir ao programa, na busca de potencializar estratégias de descentralização e fortalecimento da gestão pública em todas as esferas governamentais. Esse programa estrutura-se como forma inovadora de democratizar oportunidades de qualificação de gestores públicos ao adotar a modalidade EaD, sustentado por um padrão nacional que corrobora para a qualidade do ensino a distância. As IPES são uma forte parceira na implementação do programa, apresentando cursos de graduação em Administração Pública e especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão da Saúde. O presente trabalho identifica as instituições públicas de ensino superior de Fortaleza que aderiram ao programa e sua abrangência territorial. Em termos metodológicos, realizou-se um estudo exploratório – qualitativo, a pesquisa foi aplicada através de uma entrevista semiestruturada para as coordenações EaD das instituições públicas de Fortaleza via e-mail, como também por documentos oficiais. Dentre os principais resultados destacam-se: o fomento da interiorização da formação de pessoas atuantes ou que tenham interesse em atuar na gestão pública por meio do programa.

**Palavras-chave:** PNAP, Ensino a Distância, Gestão Pública.



## **ABSTRACT**

In 2009 came the implementation of the National Training Program in Public Administration (PNAP), an initiative under the UAB system launched by CAPES. Universities of higher education can join the program, in the search to potentialize strategies of decentralization and strengthening of public management in all governmental spheres. This program structures itself as an innovative way of democratizing opportunities for qualification of public managers by adopting the EAD modality, supported by a national standard that corroborates the quality of distance education. The IPES is a strong partner in the implementation of the program, presenting undergraduate courses in Public Administration and specializations in Public Management, Municipal Public Management, Health Management. The present work identifies Fortaleza's public higher education institutions that joined the program and its territorial scope. In methodological terms, an exploratory - qualitative study was carried out, the research was applied through a semi - structured interview for the Andean coordinations of Fortaleza 's public institutions via e - mail, as well as official documents. Among the main results stand out: the promotion of the internalization of the training of people acting or who have an interest in acting in public management through the program.

**Keywords:** PNAP, Distance Learning, Public Management.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APG	Administração Pública Gerencial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DEAAD	Diretoria de Educação Aberta e a Distância
EaD	Educação a Distância
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAP	Nova Administração Pública
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
SEED	Secretaria de Educação a Distância
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Estadual do Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1 Universidade Aberta Do Brasil: UAB .....	18
2.2 Educação a Distância.....	20
2.3 Nova Administração Pública – NAP .....	22
2.4 Programa Nacional De Formação Em Administração Pública: PNAP .....	24
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 Delineamento da pesquisa .....	27
3.2 Coleta de dados.....	27
3.3 Análise dos dados .....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
REFERENCIAS .....	37



## 1 INTRODUÇÃO

A mudança de visão acerca dos serviços públicos nas últimas décadas, passou a criar necessidade de aprimoramento dos processos e dos recursos humanos envolvidos. Outrora o serviço público foi visto como burocrático, lento e ineficiente. Atualmente, no contexto de uma sociedade globalizada surge a demanda por qualificação dos gestores públicos e a redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas esferas governamentais: União, Estados e Municípios.

No contexto dessa nova conjuntura, aliada à constante evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs) geram-se desafios e expectativas no âmbito da promoção da qualificação da administração pública. Uma dessas expectativas é o aproveitamento desses elementos. Em uma das suas vertentes, as referidas TICs estão voltadas e incorporadas à modalidade de educação a distância. Nota-se que houve um redimensionamento para a implementação da educação a distância (EaD).

De acordo com Litto (2009), as crescentes ampliações do uso de novas tecnologias de comunicação, especialmente com a expansão da internet, permitem o estabelecimento de iniciativas que configuram a modalidade de ensino a distância como uma alternativa prioritária.

As modificações culturais e paradigmáticas, com a introdução da internet na educação, abriram várias possibilidades de renovação no trabalho pedagógico. Um dos usos mais difundidos é a oferta de cursos *on line*, onde se observa uma alteração na forma dos modelos pedagógicos convencionais. Ensinar e aprender exige hoje, muito mais facilidade espaço-tempo-real, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação.

Com esse novo cenário, observa-se que o aumento de políticas públicas educacionais proporcionou a implementação de novos sistemas de ensino EaD, em 2005 o Ministério da Educação (MEC) implantou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), projeto criado com o objetivo de articular e incorporar experimentalmente um sistema nacional de ensino superior, sob Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-MEC) é articulada para levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros na modalidade a distância.

O governo federal por meio de suas políticas públicas tem aderido à modalidade a distância, preconizando um atendimento em massa por sua flexibilidade e economia em escala, tendo sido chamada para dar uma resposta aos desafios políticos sociais, econômicos, pedagógicos e tecnológicos, postos à sociedade com a implantação do programa neoliberal, a globalização da economia e a introdução das novas tecnologias no sistema produtivo e de comunicação.

A partir dessa incorporação e expansão é que se começam a ser desenvolvidos programas de qualificação aos setores públicos, visando prover uma melhor qualidade nas esferas administrativas públicas. Conforme defendido por Gaetani (1998), em meados dos anos noventa, já se destacavam os desafios sobre a formação dos gestores públicos, sobre processos de qualificação gerencial.

E com isso, no contexto da expansão EaD, o governo buscou sanar a grande demanda de qualificação de gestores nas esferas públicas com a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no qual tem o objetivo de capacitar gestores para atuarem no âmbito da administração, unidades organizacionais e sistemas públicos. Os cursos ofertados pelo programa têm o intuito de formar e qualificar o público de nível superior que visem ao exercício gerencial e que esses atores possam possibilitar uma maior intervenção na sociedade, política e econômica em todas as esferas administrativas (CAPES, 2018). Foi concebido para atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Além disso, o intuito desse programa é qualificar o público alvo para atuarem na Nova Administração Pública que preconiza uma maior organização do setor público na busca de que sejam mais efetivamente assimiladas as novas mudanças vigentes para a melhoria da gestão, como também incluir o maior número de gestores atuantes nas esferas administrativas visando uma administração positiva nos aspectos dos serviços prestados a sociedade.

Ao identificar a oferta, observa-se a grande contribuição do programa, que tem a premissa da ressignificação das ações e a requalificação profissional dos gestores públicos.

Assim surgiu o seguinte questionamento: Quais instituições públicas de ensino superior (IPES) localizadas em Fortaleza ofertam cursos do programa PNAP?

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é identificar as instituições públicas de ensino superior, situadas em Fortaleza que ofertem cursos do programa PNAP e as zonas de abrangência respectivamente.

Objetivo específicos:

Identificar o número de polos que ofertam cursos PNAP vinculados pelas IPES de Fortaleza.

Mapear os municípios onde existem a oferta dos cursos PNAP.

Diante das mudanças culturais advindas da Nova Administração Pública, almeja-se um sistema com melhores condições de transformação no âmbito público que proporcione transformações que gerem novos comportamentos, rompendo assim, velhos paradigmas de gestão pública. Nesse contexto, justifica-se a realização desse trabalho no intuito de observar a importância dos cursos pelas instituições públicas de ensino superior, como forma de interiorizar a qualificação e modernização que favoreça a atuação dos gestores.

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), uma iniciativa no âmbito do Sistema UAB realizada em parceria entre a CAPES e diversas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), objetiva ser uma estratégia de descentralização e fortalecimento da gestão pública

Os dados serão coletados através de e-mail, pesquisa bibliográfica, documental e documentos oficiais disponibilizados no site da UAB/MEC.

Esse estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, encontra-se a introdução, no qual abordou-se a educação a distância (EaD) e o uso das Tecnologias da Informação (TICs) para a introdução de programas voltados à Administração pública, como também o objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa realizada. No capítulo dois apresenta-se a Revisão de literatura, composta por subtópicos relacionados à Universidade Aberta do Brasil (UAB), como fomento de políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao sistema educacional. Em seguida, realizou-se uma breve contextualização da evolução histórica da Educação a Distância (EaD) e seu conceito. Modalidade de ensino que garantiu a oferta de cursos em regiões mais distantes das capitais brasileiras. O subtópico seguinte, apresenta-se a Nova Administração Pública (NAP), que provocou mudanças na estrutura administrativa por meio de uma nova conjuntura social. No último subtópico, apresentou-se o

PNAP, como uma das políticas voltadas para a qualificação dos seus gestores ou aqueles que almejam ingressar na administração pública lançada pelo MEC por meio do sistema UAB no intuito de sanar lacunas de capacitação profissional e padronização das ações no sistema público de todas as esferas governamentais. E, no capítulo três apresenta-se a metodologia para a presente pesquisa, em seguida no capítulo quatro, é descrito os resultados e discussão, e no capítulo cinco finaliza-se com as considerações finais.



## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Universidade Aberta Do Brasil: UAB

A criação de um sistema de Universidade aberta, no Brasil, originou-se do sucesso da criação da *Open University* (Universidade Aberta) na Inglaterra no começo dos anos 70. Alves (2009, p. 12) apresenta as particularidades desse sistema:

“O termo “aberta” se aplica à nova universidade em vários sentidos. Primeiramente no sentido social, pois se dirige a todas as classes sociais, permitindo que as pessoas possam completar seus estudos sem sair de suas próprias casa sem exigência de frequência às aulas, a não ser uma ou duas semanas por ano. Em segundo lugar, do ponto de vista pedagógico, Na medida em que a matrícula na universidade está aberta a todo individuo, maior de 21 anos, independente da apresentação de certificado de instrução anterior e de qualquer exame de admissão. Finalmente, ela se chama “aberta” no sentido de que seus cursos, pelo rádio e pela televisão, estão abertos ao interesse e à apreciação de público em geral (ALVES, 2009, p.12).

Na época da criação alguns parlamentares apresentaram projetos de leis para a inauguração de uma instituição de ensino superior nos mesmos moldes. Depois de anos sem obter sucesso em 2005, um novo Sistema, com princípios norteadores diferente da proposta pela *Open University*, chamado de Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Configurada como uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

O decreto número 5.800, de 8 de junho de 2006 regulamenta a UAB, e apresenta como relevância diversos objetivos e finalidades sócio educacionais, como a caracterização do polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados, regulamenta que os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados as fases presenciais dos cursos e programas, determina se que os convênios e acordos de cooperação com as instituições públicas de ensino superior e entes federativos serão firmados pelo MEC, como também estabelece que a articulação entre os cursos, programas e polos serão vinculados mediante edital publicado pelo MEC, e a coordenação da implantação, implementação, acompanhamento, supervisão e avaliação são estabelecidos pelo MEC. (CAPES, 2018).

O parágrafo único do artigo primeiro, da mesma Lei citada anteriormente, elenca os objetivos do Sistema UAB, conforme se pode verificar abaixo:

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Nesse sentido, de acordo com o MEC (2018), o sistema UAB não configura-se como uma nova instituição de ensino superior. Para sua concretização articula-se com os governos estaduais, municipais e instituições públicas de ensino superior. É responsabilidade dos Estados e municípios a implementação e sustentação dos polos, onde é desenvolvida as atividades presenciais. É facultado a cada polo associar-se a uma ou mais instituições públicas de ensino, as quais são responsáveis pela execução das atividades acadêmicas dos cursos nos polos e pela expedição dos diplomas ou certificados aos concluintes dos cursos.

O MEC programou o Sistema UAB, com o objetivo de democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino superior público e gratuito no país.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (CAPES, 2018).

A criação da UAB fundamenta-se na expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; no aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios; avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC; no estímulo à investigação em educação superior a distância no país e no financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância. Hoje podemos encontrar na Universidade Aberta do Brasil cursos de graduação, sequencial, pós

graduação *latu sensu* e *stricto sensu*. Nesse sentido, observa-se em particular o PNAP que apresenta um objetivo no âmbito da área da administração pública buscando qualificar.

O funcionamento dos cursos ofertados pela UAB, foram implementados, conforme mostrado anteriormente, por instituições públicas de ensino superior (IPES), em polos de apoio presencial localizados nos municípios.

## **2.2 Educação a Distância**

O surgimento da modalidade de ensino a distância fomentou políticas públicas educacionais para ampliação do sistema de ensino EaD, passando a ser implantado através de diretrizes, objetivos e metas com o intuito de democratizar o ensino no país. Essas ações criaram uma nova conjuntura educacional, provocando a ampliação do sistema educacional no Brasil.

De acordo com Chrispino (2016), a expressão políticas públicas tem forte caráter polissêmico e seu sentido poderá ser tão diverso quanto os valores, ideologias e contextos daqueles que as formula. Dessa forma, políticas públicas pode se entender como ações intencionais de governo a fim de atender as necessidades da coletividade.

O campo da educação segundo Castro (2011), foi um dos pioneiros na oferta de bens e serviços como objetivo de política pública. Dessa forma, postula se a necessidade do rompimento de barreiras entre o ensino presencial e o a distância por meio dos recursos tecnológicos, contudo, sem descartar o ensino presencial, definir educação a distância é uma tarefa complexa, na medida em que, não existe uma singularidade. O parâmetro comum a todas elas é à distância, entendida em termos de espaço.

Neste contexto, os alunos mudaram, entendendo que as mudanças sociais, e o cotidiano trazem novas vivências e realidades, recebendo, hoje, informações de forma mais fácil. As redes sociais, os meios de comunicação alargam o repertório das comunicações, colaborando para a formação social, pessoal e coletiva daqueles que fazem parte do processo, juntamente com as instituições de ensino formal.

A educação deve acompanhar o desenvolvimento das tecnologias já que os indivíduos que frequentam os espaços educacionais consistem-nos mesmos que se relacionam, interagem e aprendem com as redes sociais disponibilizadas pela internet.

A educação a distância surge com a proposta de transpor fronteiras, oferecer oportunidade de formação acadêmica a todos, independentemente da localização geográfica.

O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Essa definição da Educação a Distância complementa-se com o primeiro parágrafo do mesmo artigo, onde é ressaltado que esta deve ter obrigatoriamente momentos presenciais, como se segue:

- I – avaliações de estudantes;
- II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e
- IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Cirigliano (1983, apud LANDIM, 1997, p.28) diz que a “educação a distância é um ponto intermediário de uma linha contínua em cujos extremos se situam de um lado, a relação presencial professor-aluno, e, de outro, a educação autodidata, aberta, em que o aluno não precisa da ajuda do professor”.

Define-se Educação a distância também como uma “relação professor-aluno ou ensino-aprendizagem mediada pedagogicamente e mediatizada por diversos materiais instrucionais e pela orientação tutorial. Isto é válido tanto para ambientes pedagógicos tradicionais, como para aqueles que usam as novas tecnologias” (RIANO,1997, p.20)

Foi com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LBD) de 1996, a EAD no Brasil que iniciou um processo de crescimento acelerado, onde se observou o seu processo de normatização expresso no artigo 80. Os principais dispositivos são: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em

todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Esse reconhecimento representa um avanço da educação a distância na época e o Governo passa a viabilizar atividades que envolvam a educação a distância, capacitando profissionais que desenvolvem material instrucional, estimulando essa modalidade de ensino (BRASIL, 1996).

Em 2005 o Decreto nº 5.622 revoga os decretos anteriores e regulamenta o artigo 80 da LDB. Constituem os principais pontos do referido decreto:

- Caracteriza a educação a distância como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares;
- Prevê a obrigatoriedade de momentos presenciais e os níveis e modalidades educacionais em que poderá ser ofertada;
- Estabelece regras de avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas e certificados, estabelecendo que esses terão validade nacional;
- Confere ao Ministério da Educação a competência de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em credenciamentos, autorizações e reconhecimento de cursos e instituições de ensino a distância;
- Apresenta instruções para oferta de cursos e programas na modalidade a distância na educação básica, ensino superior e pós-graduação.

(CAPES, 2018).

A educação a distância no Brasil remete-se ao início do século XX, com a utilização de material impresso, muito parecido com o que vinha acontecendo em outros países da Europa e nos Estados Unidos.

### **2.3 Nova Administração Pública – NAP**

A gestão pública brasileira decorre de processos de mudanças ao longo da história do Brasil. Com o advindo da globalização e seus impactos na sociedade contemporânea busca-se uma nova ressignificação originárias de diversos setores da administração pública em uma trajetória crescente por anseios de melhores serviços públicos.

Segundo Chevalier (2009), no Brasil a reforma do Estado foi impulsionada como resposta ao processo de globalização, sendo marcada por cidadãos mais exigentes, que conhecem seus direitos e buscam uma maior eficiência da administração pública.

Com o aumento da demanda nos diversos setores econômicos, políticos e educacionais inicia-se mudanças no que tange a execução de tarefas e organização pública,

permitindo a fomentação de políticas públicas para a introdução de elementos importantes como: programas de governo, políticas e conceitos que subsidiam a organização da nova administração pública.

Nessa perspectiva, pela influência da NAP busca se ações governamentais pelos atores envolvidos na gestão pública que viabilizem não só a elucidação de problemas meramente instrumental, objetivando apenas a solução da situação problema como ocorria antigamente no campo da administração pública e que também sofria forte influência mecanicista que permeou as organizações nos séculos passados, busca se a eficiência aferida pelo resultado. Os cidadãos preconizam por terem seus interesses satisfeitos (MOREIRA NETO, 2008).

Como traços de uma administração pública marcada fortemente pelas organizações públicas voltadas para o clientelismo, a hierarquia do poder dominante influenciou as estruturas e relações organizacionais. essas diferentes variantes tem sido objeto de análise com o intuito de verificar os insucessos nas reformas administrativas no Brasil.

Hoje, a evolução da administração pública tem o viés de não apenas solucionar problemas e sim de transformações organizacionais significativas, compreensão das necessidades do público envolvido e dos atores atuantes preconizando mudanças nos elementos da administração pública os quais visem suprir deficiências de modelos anteriores, introduzindo novos conceitos ou reinterpretando conceitos já existentes que prejudicam ao aparelho do Estado.

Nesse sentido, a administração pública é conceituada como um conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo, como também é definido como o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral, em sentido operacional, é um desenvolvimento constante e sistêmico, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em favor da coletividade. (Meirelles 2003, p.63).

Partindo dessa premissa, um novo modelo de administração pública é inserido na gestão como objeto de estudo: a Administração Pública Gerencial (APG) fortemente influenciada pela NAP, no qual tem a finalidade de estabelecer marcos iniciais de estudo da cultura e mudança organizacional, propondo um novo ciclo organizacional que vise a transformação de estruturas mais flexíveis e organizáveis.

Tendo como ponto de partida os princípios constitucionais da Administração Pública, que estão elencados no art. 37, caput da Constituição Federal de 1988, a Administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

De acordo com Meirelles (2010), a legalidade afirma que a administração pública não pode agir contra a lei ou além dela, só podendo fazê-lo dentro dos limites da lei. Quanto a moralidade deverá nortear os atos e contratos administrativos tornando se essencial as novas posturas do Estado contemporâneo, devendo distinguir entre o Bem do Mal, o honesto do desonesto. No que tange o princípio da Impessoalidade é compreendida como atos voltados obrigatoriamente ao interesse público, e não próprio ou e um conjunto pequeno de pessoas, devendo ser de caráter impessoal. A publicidade objetiva a transparência dos atos administrativos, através da publicidade. E por fim, o princípio da Eficiência visa regular a atuação do servidor público as atribuições de suas atividades para serem realizadas com maior agilidade, qualidade e orientação pelas modernas técnicas administrativas.

Assim, a NAP é um conteúdo que favorece uma administração voltada para os princípios constitucionais e que subsidiam as práticas voltadas para os bens públicos. Com grandes desafios na atualidade voltados a gerencia da Administração Pública com a qualificação profissional do quadro funcional na gestão brasileira, surge o PNAP com características particulares, contribuindo para a descentralização da formação, contribuindo para melhoria nos processos relativos a gestão pública, independentemente de sua esfera.

#### **2.4 Programa Nacional De Formação Em Administração Pública: PNAP**

No contexto do novo conceito de Estado e o papel dos governos e da administração pública o Ministério da Educação (MEC) por meio da Universidade Aberta do Brasil criou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), onde observa-se a implementação de cursos na área da administração pública, compreendidos em: Bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Municipal, especialização em Gestão em Saúde, totalizando quatro cursos. Foi lançado em 2009 com o objetivo de fomentar o saber dos gestores da administração pública para que possam atuar de forma eficaz nas esferas governamentais. (CAPES,2018).

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) é um programa do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado. em 2009, que

tem como área de atuação a formação, capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos. Os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal (CAPES, 2018).

Observa-se uma que a abrangência do programa alcança os municípios brasileiros que geralmente tendem a ter uma maior dificuldade na capacitação de seus gestores, consolidando a busca pela qualidade nos planejamentos e execuções das ações governamentais, favorecendo o desenvolvimento local. A formação dos gestores de todas as esferas governamentais descentraliza oportunidade de qualificação propiciando o estabelecimento de um padrão nacional. Uma maior abrangência territorial e a interiorização dos cursos podem ser consideradas como um marco no processo de qualificação dos gestores das esferas públicas (CAPES, 2018).

Segundo Guedes (2007), o foco na qualificação dos governos deve estar direcionada para que possam responder as demandas da sociedade, oferecendo serviços públicos melhores e mais efetivos. Ou seja, para que aconteça efetivamente uma gestão eficiente através dos representantes governamentais é necessário que aconteça iniciativas inovadoras e contínuas de qualificação.

Esse contexto de qualificação leva a necessidade de novos modelos de formação, como o funcionamento do programa de capacitação PNAP, desenvolvido por meio de projetos político pedagógicos, materiais didáticos dos cursos que foram elaborados de forma colaborativa, envolvendo diversas instituições. Dessa forma, observa-se que a colaboração para a produção dos documentos a serem utilizados pela UAB no PNAP, mostra uma forte ênfase sobre a importância da valorização da produção realizada em conjunto, transpondo barreiras até pouco existentes sobre a aquisição de novos saberes. Diante dessa forma de trabalho, na ação colaborativa, todos trabalham em conjunto para que um objetivo comum seja alcançado.

Desse modo o programa é aplicado de forma comum por todas as instituições que a ele aderem, com projeto político pedagógico, carga horária e materiais didáticos comuns, produzidos nacionalmente, mantendo um padrão de qualidade em todo o país, mas abrindo margem para que cada Instituição, que ofereça os cursos, possa incluir assuntos em atendimento às diversidades econômicas e culturais de sua região (CAPES, 2018).



Estão aptas para a adesão ao programa todas as instituições públicas de ensino superior que compõem o sistema UAB, ocorre por meio de editais publicados com vistas a consolidar todo o território nacional por meio dos polos de educação a distância ofertados pela UAB.

A estruturação do programa permite superar alguns desafios apontados pelo ENAP (2006), como financiamento e processos metodológicos, suporte tecnológico, condições didático acadêmicas, inclusive as ligadas a estrutura legal de regulação do setor.

### **3 METODOLOGIA**

Esta seção apresenta a metodologia adotada na pesquisa, destacando a forma de coleta dos dados bem como o procedimento e técnica para análise dos dados.

### **3.1 Delineamento da pesquisa**

Esse estudo tem como objetivo identificar as instituições públicas de ensino superior, situadas em Fortaleza que ofertem cursos do programa PNAP e as zonas de abrangência respectivamente. Seguindo os preceitos de Chizzotti (1995, p. 104) a pesquisa exploratória objetiva, em geral, "provocar o esclarecimento de uma situação para a tomada de consciência". Essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, a fim de melhor atender os objetivos propostos. Creswell (2010, p.26) define a pesquisa qualitativa como "o meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano."

### **3.2 Coleta de dados**

Assim, para respaldar o estudo foi feito um levantamento bibliográfico com o intuito de apresentar fundamentos teóricos para sustentar e conceituar os principais temas. Por conseguinte, foi desenvolvida a análise detalhada dos documentos oficiais, leis que regulamentam a Educação a Distância. Os dados foram coletados no período 15 a 20 de maio de 2018. A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de uma entrevista semi-estruturada, que segundo Gil (2010, p. 105) acontece "quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso".

Os participantes da pesquisa foi a coordenação EaD das instituições públicas de ensino superior de Fortaleza, o ambiente para aplicação foi via *e mail* e também por consultas aos sítios eletrônicos.

### **3.3 Análise dos dados**

Os dados coletados foram inicialmente explorados por análise de documentos oficiais, e para o alcance dos resultados foi realizado a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A universidade Aberta do Brasil proporcionou as instituições públicas de ensino superior ofertarem cursos de formação inicial e continuada, através da modalidade educação a distância, firmando o compromisso com a educação de forma democrática e promovendo a interiorização. Uma vez que professor e aluno encontram-se separados espacial ou temporalmente e são mediados pelas tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com Alonso (2010), a EaD é uma modalidade de ensino capaz de ampliar o número e as possibilidades de acesso ao ensino superior a parcelas cada vez maiores da população, segundo o autor os programas governamentais de apoio e fomento a criação e implementação de cursos superiores via EaD contribuem, significativamente, para que o nível superior da educação seja cada vez mais acessível em nosso país.

Nota se que as instituições de ensino públicas superior passaram a aderir a EaD através da integração ao sistema UAB que objetivou a potencialização e a efetivação dessa modalidade de ensino na rede pública, gradativamente ocorrem as adesões das instituições do Ceará.

Hoje, observa se que os cursos na modalidade EaD passam a fazer parte dos projetos de desenvolvimento institucionais das IPES. Normatizadas por leis que regem todo o panorama educacional na modalidade EaD do país.

No contexto da qualificação de uma demanda específica, aliada as novas tecnologias e anseios da sociedade, surgiu por meio da incorporação a UAB cursos de formação voltados a gestão da administração pública, com a criação do programa PNAP em 2009, com a perspectiva de sucumbir a necessidade de formação de gestores públicos de todas as esferas governamentais, sejam os funcionários públicos já em atuação em órgãos públicos ou do terceiro setor, ou pessoas que tenham aspirações ao exercício da função pública. Essa formação particular busca uma dinâmica transformadora quebrando velhos paradigmas da máquina pública, constituindo um perfil nacional do administrador público.

Segundo Belloni (2009), a oferta da EaD como modalidade de ensino permiti incorporar melhor uma lógica de atendimento mais individualizado aos interesses da clientela, numa perspectiva de praticar uma educação diversificada em que o estudante pode organizar

seus estudos, segundo suas necessidades e expectativas. Esses programas surgem para reestruturar as possibilidades educacionais do país.

Nesse sentido, verificou-se quais IPES localizadas no município de Fortaleza, ofertam cursos do programa PNAP e as suas zonas de abrangência, respectivamente. Em relação ao primeiro ponto conferiu-se que das IPES situadas em Fortaleza temos a Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual do Ceará – UECE e o Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Ceará – IFCE. Dentro desse grupo constatou-se que das três, duas ofertam cursos do PNAP, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 - Instituições que ofertam cursos do PNAP

<b>IPES</b>	<b>Cursos Ofertados, Anos de Ofertas e Quantitativo de vagas por edital.</b>
Universidade Federal do Ceará – UFC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacharelado em Administração Pública Primeira Oferta: 2009.2/ Vagas ofertadas por polo: 50. Totalizando 400 vagas.</li>   <li>Segunda Oferta: 2017.1/ Vagas ofertadas por polo: 50. Totalizando 500 vagas.</li> </ul>
Universidade Estadual do Ceará – UECE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacharelado em Administração Pública Primeira Oferta: 2014.2/ Vagas ofertadas por polo: 50. Totalizando 150 vagas.</li>   <li>Segunda Oferta: 2017.1/ Vagas ofertadas por polo: 50. Totalizando 300 vagas.</li>   <li>• Especialização em Gestão Pública Primeira Oferta: 2010/ Vagas ofertadas por polo: 40. Totalizando 160 vagas.</li>   <li>Segunda Oferta: 2014/ Vagas ofertadas por polo: 35. Totalizando 70 vagas.</li> </ul>

	<p>Terceira Oferta: 2016/ Vagas ofertadas por polo: 35. Totalizando 175 vagas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Especialização em Gestão Pública Municipal Primeira Oferta: 2010 / Vagas ofertadas por polo: 40. Totalizando 200 vagas.</li> </ul> <p>Segunda Oferta: 2012/ Vagas ofertadas por polo: 35. Totalizando 175 vagas.</p> <p>Terceira Oferta: 2014/ Vagas ofertadas por polo: 35 e 40. Totalizando 75 vagas.</p> <p>Quarta Oferta: 2016/ Vagas ofertadas por polo: 50. Totalizando 300 vagas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Especialização em Gestão da Saúde Primeira Oferta: 2010/ Vagas ofertadas por polo: 40. Totalizando 280 vagas.</li> </ul> <p>Segunda Oferta: 2012/ Vagas ofertadas por polo: 40. Totalizando 160 vagas.</p> <p>Terceira Oferta: 2014/ Vagas ofertadas por polo: 30. Totalizando 60 vagas.</p> <p>Quarta Oferta: 2016/ Vagas ofertadas por polo: 35. Totalizando 245 vagas.</p>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE	Não oferta cursos PNAP

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Entre as outras instituições que optaram por ofertar cursos do PNAP, a partir da análise dos resultados, observa-se que apenas a UFC fez adesão ao programa no mesmo ano da criação do PNAP, ofertando o curso Bacharelado em Administração Pública, alcançando diversos polos no interior do Ceará. Constatou-se que nas suas ofertas, apenas o curso a nível de graduação tem sido proposto, existindo uma lacuna no que diz respeito a oferta de cursos para a formação continuada que até então não foi incorporada nas ofertas.

No entanto, a UECE apresenta cursos a nível de graduação como também de formação continuada, aderindo no ano de 2014.2 a graduação e no ano de 2010 as especializações do programa PNAP, favorecendo o processo educativo mais integral na área da administração pública.

O IFCE não oferta cursos pelo programa PNAP, embora se tenha verificado que cursos tecnológicos, licenciaturas sejam vinculados ao sistema UAB. Não identificando que não há uma vocação para cursos voltados a gestão administrativa.

No contexto nacional observa-se um aumento na participação das instituições públicas superiores na adesão a ofertas de cursos de graduação e especialização. Segundo dados do Inep (2016), a crescente expansão de cursos ofertados pela EaD por meio das IPES tem aumentado o número de matrículas na modalidade a distância, atingindo quase 1,5 milhão em 2016, o que já representa uma participação de 18,6% do total de matrículas na educação superior.

De acordo com os dados informados a UFC oferta cursos do PNAP em diversos polos, totalizando 10. E a UECE oferta com maior abrangência no interior do Ceará os cursos, totalizando 18 polos.

Abaixo podemos verificar a abrangência territorial observando onde estão sediados os polos por cursos:

Quadro 2 - Abrangência de polos por cursos

CURSOS E POLOS – UFC	
Bacharelado em Administração Pública (2009.2)	Beberibe, Camocim, Maranguape, São Gonçalo, Tauá, Russas, Fortaleza e Sobral.
Bacharelado em Administração Pública (2017.1)	Beberibe, Camocim, Maranguape, São Gonçalo, Caucaia, Orós, Quixadá, Tauá, Russas e Sobral.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quadro 3 - Abrangência de polos por cursos

CURSOS E POLOS – UECE	
Bacharelado em Administração Pública: 2014.2	Jaguaribe, Mauriti e Quixeramobim.
Bacharelado em Administração Pública: 2017.1	Caucaia, Campos Sales, Itapipoca, Jaguaribe, Mauriti e Quixeramobim.
Especialização em Gestão Pública (2010)	Itapipoca, Jaguaribe, Maranguape e Quixeramobim.
Especialização em Gestão Pública (2014)	Jaguaribe e Quixeramobim
Especialização em Gestão Pública (2016)	Itapipoca, Maranguape, Mauriti, Quixeramobim e Tauá.
Especialização em Gestão Pública Municipal (2010)	Beberibe, Brejo Santo, Maranguape, Orós e Quixeramobim.

Especialização em Gestão Pública Municipal (2012)	Beberibe, Brejo Santo, Maranguape, Orós e Quixeramobim.
Especialização em Gestão Pública Municipal (2014)	Quixeramobim e Beberibe
Especialização em Gestão Pública Municipal (2016)	Beberibe, Camocim, Maranguape, Maracanaú, Meruoca e Orós.
Especialização em Gestão da Saúde (2010)	Beberibe, Brejo Santo, Campos Sales, Jaguaribe, Maranguape, Mauriti e Quixeramobim.
Especialização em Gestão Saúde (2012)	Beberibe, Brejo Santo, Maranguape e Quixeramobim.
Especialização em Gestão Saúde (2014)	Beberibe e Quixeramobim
Especialização em Gestão Saúde (2016)	Beberibe, Iguatu, Maracanaú, Maranguape, Pedra Branca, Quixeramobim e Tauá.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Os dados encontrados possuem estreita relação com a juízo de Landim (1997), ao afirmar que a EaD é a modalidade de ensino aprendizagem mais apropriada para reduzir as distâncias e os isolamentos geográficos, psicossociais, econômicos e culturais, caracterizando uma nova revolução na democratização do conhecimento. Dessa forma, é possível adotar formas de levar a EaD a comunidades afastadas, fazendo assim, a educação a distância um instrumento de inclusão social.

Atualmente, as regiões do interior do Ceará estão divididas em 14 macrorregiões: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Oeste, Litoral Norte, Maciço de Baturité, Serra de Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Crateús, Sertão de Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe. IPECE (2018).

Observa-se que entre todas as macrorregiões, a oferta do PNAP encontra-se com abrangência em oito macrorregiões: Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Oeste, Litoral Norte, Sertão Central, Sertão de Inhamuns, Sertão de Sobral.



E ainda não apresenta a oferta em: Cariri, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão de Canindé, Sertão de Crateús e Vale do Jaguaribe.

Dessa forma, nota-se que existe uma ampla adesão ao programa, mas ainda não englobando toda a interiorização do Ceará. Com o intuito de induzir o desenvolvimento regional, a partir da profissionalização das atividades que envolvem a gestão, a mudança no papel dos gestores mostra uma nova conjuntura de uma sociedade mais justa, mais democrática e padronizada, permitindo a compreensão e elucidação de problemas organizacionais mais complexos.

Segundo Guedes (2007), o fomento da qualificação dos gestores assume grande relevância, principalmente dos gestores municipais, pelo impacto que o domínio do conceitual e técnico pode trazer de benefícios à população usuária dos serviços públicos, além de potencializar as possibilidades de desenvolvimento sustentável dos espaços locais.

Nesse novo contexto, as administrações públicas necessitam de reestruturação, para maior transparência nas demandas da sociedade, como também para a busca da eficiência do gasto público que permeiam por inovações contínuas de qualificação dos gestores públicos.

Corroborando para uma quebra das velhas posturas diante do trabalho governamental da gestão no Brasil, onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, exige-se do profissional atuante da gestão pública a condução de novas capacidades de conhecimentos.

Os papéis dos profissionais solicitam qualidade e uma formação adequada, em se tratando principalmente, do serviço público, e essas premissas se intensificam ainda mais quando os cargos que lhes são conferidos estão vinculados a atividades gerenciais. Portanto, a formação inicial é apenas um passo para a capacitação dos atuantes sendo para tanto, a educação continuada de grande importância para uma atuação profissional de qualidade e por consequente a oferta dos cursos em todo o estado tem o intuito de atualizar a capacidade de uma pessoa ou grupo, frente à evolução técnico-científica e às necessidades sociais. (MASSAROLI; SAUPE, 2005, p.1).

Ao aderirem ao programa as IPES, contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade com práticas organizacionais mais eficazes, à medida que os gestores e formuladores de políticas públicas estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica

do país e para que seja em uma integralidade no estado do Ceará é necessário que o PNAP possa ser oferecido em todas as macrorregiões do estado do Ceará, com isso, as cidades circunvizinhas serão beneficiadas.

A incorporação das instituições de ensino ao programa PNAP e a implementação dos cursos a nível de especializações na área da gestão pública potencializara a descentralização dos gestores que até pouco tempo só se tinha nas grandes cidades. E hoje, a sua abrangência percorre em muitas localidades, levando saberes e aprimoramento de práticas que possam ser agregadas ao cotidiano das situações problemas de determinada localidade.

De acordo com Nelson (2010), inicialmente a valorização da capacitação foi incorporada por instituições privadas e em um segundo momento, logo verificou se melhorias nas relações humanas e no ambiente organizacional. Nesse sentido, o fomento ganhou força na capacitação nas organizações públicas.

Portanto, na área de estudos governamentais essa mudança propiciou uma nova visão nas esferas do governo, tanto a nível federal, estadual e municipal. Diante de uma sociedade mais crítica e reflexiva essa administração mais profissionalizada trouxe a possibilidade de alavancar pontos até então críticos do governo, que por muitas vezes, não eram sanadas por falta de competências específicas para atingir determinada política pública.

Dessa forma, o PNAP consolida as mudanças gerenciais e a sua ampliação através do programa em todo o país, com o embasamento teórico prático de formação científica num contexto sócio-econômico-cultural que mostre aos gestores a legitimação das ações com um compromisso ético para com a sociedade. Exige se que o gestor público tenha novas formas de organização, que sejam compatíveis com o ambiente e que o crescente na tomada de decisão e se constitua e uma obtenção de sucesso para o social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergente demanda por qualificação na área da administração pública tem sido tratada por meio de políticas educacionais, na qual a que tem maior destaque é identificada pelo programa de formação de administradores ofertado pelo sistema UAB. A padronização e modernização dos processos administrativos são os fundamentais objetivos do investimento governamental, instituído a nova administração, que promove mudanças na administração pública. Esse rompimento com o modelo arcaico de gerencia foi impulsionada por uma sociedade globalizada tornando imprescindível investir em uma gestão pública voltada para a satisfação de demandas gerenciais da população, em que se concretize a ética e o compromisso.

O objetivo desse estudo foi identificar as instituições públicas de ensino superior (IPES), situadas em Fortaleza que ofertem cursos do programa PNAP e as zonas de abrangência respectivamente. Sendo assim, ao realizar se as análises dos dados coletados observa-se que no que tange ao número de IPES, identificou-se 02 IPES ofertantes de cursos do PNAP.

Além disso, no que se refere a abrangência no território no estado do Ceará as macrorregiões situadas são 14, e dentre elas oito ofertam o programa pelas IPES pesquisadas.

Os resultados obtidos nesse estudo indicaram que gradualmente as IPES foram aderindo ao PNAP e que ainda muitos municípios que sediam polos são beneficiados pelo programa, tendo também alçando as cidades menores que ficam circunvizinhas.

Por fim, como limitações dessa pesquisa observa se que o estudo foi realizado apenas no conjunto de IPES localizadas no município de Fortaleza, tem-se o fato dos resultados obtidos não contar com dados de todas as IPES no estado do Ceará, ficando de fora 04 instituições públicas: Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA situada em Sobral, Universidade Regional do Cariri- URCA, cediada no Crato, Universidade Federal do Cariri- UFCA, localizada em Juazeiro do Norte e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que se encontra no município de Redenção – UNILAB.

No que se refere as contribuições desse estudo, destaca-se a interiorização da qualificação de pessoas nos municípios mais distantes dos centros urbanos. Em relação a estudos futuros, sugere-se a realização dessa pesquisa com todas as IPES do estado do Ceará.

## REFERENCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. A História da EaD no Brasil. IN LITTO, Fedric Michael e FORMIGA, Manuel Marcos Marciel ( orgs.) **Educação à distância: o Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

Alonso, K. M. (2010). **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. Educação e Sociedade**,31(113),1319-1335. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>> . Acesso em: 18 Abril 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 de Abril de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 15 Abril 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.800, 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 20 Abril 2018.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distancia**/Maria Luiza Belloni – 5.ed.1. reimpressão-Campinas, SP: Autores Associados,2009 (coleção educação contemporânea).

CASTRO,J.A. **Política Social no Brasil**: uma análise da ampliação do escopo,a escala e gasto público. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação,n.1. p.66-95.jan/jun.2011.

CHRISPINO,A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ,2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 29 de Abril de 2018.

CHEVALLIER, Jacques. **O Estado Pós-moderno**. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 271.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. p.104.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 26.

ENAP. **Educação a distância em organizações públicas**: mesa redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006.200p.

GAETANI, Francisco. **Capacitação de recursos humanos no serviço público: problemas e impasses**. Brasília: ENA, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 105.

GUEDES, J.R.M. **O que os gestores municipais devem saber – política e gestão tributária eficiente**. 1ª edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARA. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/>>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2016: Notas Estatísticas**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf)>. Acesso em 12 de junho de 2018.

LANDIM, C.M.F. **Educação a distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro, 1997.

LITTO, Fredic Michael, FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Quatro Paradigmas do direito administrativo pós moderno: legitimidade: finalidade: eficiência: resultados**. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 101.

MEIRELLES, Hely Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**, 28. ed. São Paulo, Malheiros, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes; AZEVEDO, Eurico de Andrade; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 28. ed.. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 89.

MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção conceitual: educação permanente e educação continuada no processo de trabalho em saúde**. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/2siten/arquivos/n.045.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em 20 de Abril de 2018.

NELSON, L. C. N. **Capacitação e afastamento de servidores públicos da união: distinção e aplicação combinada dos institutos jurídicos existentes**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.esag.fazenda.gob.br/esafsite/biblioteca/arquivos/TD\\_14\\_final.pdf](http://www.esag.fazenda.gob.br/esafsite/biblioteca/arquivos/TD_14_final.pdf)>. Acesso em: 12 junho 2018.

RIANO,M.B.R. **La evaluación em Educação a distância.** Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Avançasdas.AnoIV,1997, P.19 á35.